SciELO Preprints

Estado da publicação: O preprint foi publicado em outro meio.
DOI do preprint publicado: https://doi.org/10.20396/rdbci.v25i00.8683237

Aprendizado institucional e regime de informação no âmbito da extensão universitária: a experiência do Programa Cibercidadania na UFSC

Marcelo Minghelli, Edson Luiz Mendes

https://doi.org/10.1590/SciELOPreprints.17433

Submetido em: 2026-08-13
Postado em: 2026-08-18 (versão 1)
(AAAA-MM-DD)

SciELO Preprints - Este documento é um preprint e sua situação atual está disponível em: https://doi.org/10.1590/SciELOPreprints.17433

Institutional learning and information regime within the scope of university extension: the experience of the Cybercitizenship Program at UFSC

Marcelo Minghelli

Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Marília, SP, Brasil. ORCID: https://orcid.org/0000-0002-5964-2441

Edson Luiz Mendes

Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Marília, SP, Brasil. ORCID: https://orcid.org/0000-0003-4740-2712

ABSTRACT

Introduction: This article analyzes the trajectory of the Cybercitizenship Program, developed within the Federal University of Santa Catarina, focusing on the institutional transformations associated with the adoption of a dialogical approach to university extension. It begins with the problem of the limitations of extension practices of an assistance-based and diffusionist nature, understood as an expression of information regimes that restrict participation and the shared production of knowledge, especially in contexts of social vulnerability. Objective: To examine to what extent the experience of the Cybercitizenship Program contributed to the reorganization of extension practices in the analyzed institutional context. Methodology: The research is characterized as exploratory-descriptive, based on document analysis and structured as an analytical account of the institutional experience of the Cybercitizenship Program. Results: These indicate that the incorporation of extension into the curriculum, especially through the Social Enterprise Laboratory discipline, favored the training of information mediators and the strengthening of the articulation between university and community, challenging pre-established informational practices. Conclusion: The analyzed experience highlights university extension as a space for institutional learning, capable of influencing the organization of academic practices within the context of the Federal University of Santa Catarina and of promoting reconfigurations in the information regime in which it is embedded.

KEYWORDS

Information regime, University extension, Curricularization of extension, Information mediation, Institutional learning.

Aprendizado institucional e regime de informação no âmbito da extensão universitária: a experiência do Programa Cibercidadania na UFSC

RESUMO

Introdução: o artigo analisa a trajetória do Programa Cibercidadania, desenvolvido no âmbito da Universidade Federal de Santa Catarina, com foco nas transformações institucionais associadas à adoção de uma abordagem dialógica de extensão universitária. Parte-se do problema das limitações de práticas extensionistas de caráter assistencialista e difusionista, compreendidas como expressão de regimes de informação que restringem a participação e a produção compartilhada do conhecimento, especialmente em contextos de vulnerabilidade social. Objetivo: examinar em que medida a experiência do programa Cibercidadania contribuiu para a reorganização das práticas de extensão no contexto institucional analisado. Metodologia: a pesquisa se caracteriza como de caráter exploratório-descritivo, fundamentada em análise documental e estruturada como relato analítico da experiência institucional do Programa Cibercidadania. Resultados: indicam que a incorporação da extensão ao currículo, especialmente por meio da disciplina Laboratório de Empreendimentos Sociais, favoreceu a

SciELO Preprints - Este documento é um preprint e sua situação atual está disponível em: https://doi.org/10.1590/SciELOPreprints.17433

formação de mediadores informacionais e o fortalecimento da articulação entre universidade e comunidade, tensionando práticas informacionais pré-estabelecidas. Conclusão: a experiência analisada evidencia a extensão universitária como espaço de aprendizado institucional, capaz de influenciar a organização das práticas acadêmicas no contexto da Universidade Federal de Santa Catarina e de promover reconfigurações no regime de informação no qual se insere.

PALAVRAS-CHAVE
Regime de informação, Extensão universitária, Curricularização da extensão, Mediação da informação, Aprendizado institucional.

1 INTRODUÇÃO

A extensão universitária, especialmente no contexto das universidades públicas brasileiras, tem sido historicamente marcada por tensões entre práticas assistencialistas, difusionistas e propostas orientadas à construção dialógica do conhecimento. Em um cenário de desigualdades informacionais persistentes, essas práticas revelam limites importantes quanto à capacidade de promover processos efetivos de participação e transformação social. Nesse contexto, a noção de regime de informação permite compreender como determinadas formas de produção, circulação e uso da informação estruturam e, ao mesmo tempo, limitam as possibilidades de interação entre universidade e sociedade.

Sob essa perspectiva, práticas extensionistas tradicionais tendem a reproduzir regimes de informação centrados na unilateralidade da transmissão do conhecimento, nos quais a universidade ocupa posição privilegiada como emissora, enquanto comunidades são reduzidas à condição de receptoras. Tal configuração restringe a construção de processos formativos mais críticos e participativos, especialmente em contextos de vulnerabilidade social, onde a assimetria informacional se apresenta de forma mais evidente (Freire, 1987; Freire, 2011; Forproex, 2015).

É nesse cenário que se insere o Programa Cibercidadania, desenvolvido no âmbito da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), cuja trajetória tem buscado tensionar essas formas tradicionais de extensão por meio da adoção de uma abordagem dialógica. Ao longo de sua implementação, o programa passou por diferentes fases, incorporando progressivamente estratégias voltadas à escuta, à participação e à construção compartilhada do conhecimento, com impactos diretos na organização das práticas extensionistas no interior da instituição (Minghelli *et al*., 2021; Mendes, 2023).

O presente artigo parte do seguinte problema de pesquisa: em que medida a experiência do Programa Cibercidadania contribui para a reorganização das práticas de extensão universitária no contexto institucional analisado, especialmente no que se refere à superação de modelos assistencialistas e à constituição de práticas informacionais participativas? Tal questão se insere no debate mais amplo sobre as limitações dos modelos de regimes de informação tradicionais, diante das dinâmicas contemporâneas da informação (Demo, 2000; Araújo, 2018). Diante disso, o objetivo do artigo é analisar a trajetória do Programa Cibercidadania, destacando seus efeitos institucionais a partir da adoção de uma abordagem dialógica de extensão, com ênfase nas transformações observadas no âmbito da Universidade Federal de Santa Catarina.

Para tanto, o estudo adota como referencial analítico a noção de regime de informação, articulada à discussão sobre extensão universitária e desigualdade

SciELO Preprints - Este documento é um preprint e sua situação atual está disponível em: https://doi.org/10.1590/SciELOPreprints.17433

informacional, buscando evidenciar como mudanças nas práticas extensionistas podem implicar reconfigurações nos modos de produção e circulação da informação no contexto institucional (Braman, 2009; Magnani; Pinheiro, 2011; Bezerra, 2023; Kobashi; Tálamo, 2003).

Como contribuição, o artigo propõe uma leitura da extensão universitária como espaço de aprendizagem institucional, no qual práticas dialógicas não apenas ampliam a participação social, mas também influenciam a reorganização das práticas acadêmicas e informacionais no interior da universidade (Mendes; Minghelli; De Mari, 2023b).

Além desta introdução, o artigo está estruturado da seguinte forma: na seção seguinte, apresenta-se o referencial teórico; em seguida, são descritos os procedimentos metodológicos; posteriormente, discute-se a trajetória do Programa Cibercidadania e seus efeitos institucionais; por fim, são apresentadas as considerações finais.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 Regime de Informação e Extensão Universitária: apresentação da categoria de análise

A compreensão das transformações sociais associadas à crescente centralidade da informação exige considerar os arranjos institucionais, tecnológicos e normativos que estruturam a produção, circulação e apropriação dos fluxos informacionais. Nesse contexto, o conceito de regime de informação tem sido utilizado na Ciência da Informação, mais precisamente na área de economia e política da informação (Araújo, 2018), como categoria analítica capaz de explicar a forma pela qual diferentes atores, práticas sociais, infraestruturas tecnológicas e estruturas normativas se articulam na organização dos processos informacionais em determinados contextos históricos (González de Gómez, 2012).

Sob essa perspectiva, regimes de informação não se restringem às tecnologias utilizadas para armazenar ou transmitir dados. Eles envolvem, sobretudo, um conjunto de relações sociais que definem quem produz informação, quais informações circulam, quais infraestruturas possibilitam essa circulação e quais normas regulam o acesso e o uso desse conteúdo. Assim, os regimes informacionais constituem arranjos complexos que conectam instituições, práticas sociais e estruturas tecnológicas, influenciando diretamente a organização da vida social e a distribuição do poder nas sociedades contemporâneas (González de Gómez, 2012).

Nesse sentido, a informação assume papel estratégico na constituição de estruturas de poder. Como observa Braman (2009), as políticas de informação e os sistemas que organizam sua circulação contribuem para definir formas de autoridade e controle sobre os fluxos informacionais, influenciando tanto a produção quanto o acesso ao conhecimento. A configuração de regimes informacionais envolve, portanto, disputas simbólicas e institucionais em torno da produção, da legitimação e da circulação da informação, revelando que a organização desses fluxos não é neutra, mas resultado de processos históricos e políticos (Bezerra, 2023).

A expansão das tecnologias digitais intensificou significativamente a complexidade desses regimes informacionais. Infraestruturas tecnológicas, plataformas digitais e sistemas de comunicação passaram a desempenhar papel central na mediação das relações sociais e na circulação do conhecimento. Nesse cenário, as infraestruturas de informação tornam-se elementos estratégicos das

SciELO Preprints - Este documento é um preprint e sua situação atual está disponível em: https://doi.org/10.1590/SciELOPreprints.17433

políticas informacionais contemporâneas, especialmente quando se considera o papel da internet na organização dos fluxos de dados e na construção de ambientes informacionais marcados pela crescente competitividade entre diferentes atores sociais (Magnani; Pinheiro, 2011).

A análise dos regimes informacionais exige, portanto, uma abordagem que considere simultaneamente os aspectos tecnológicos, institucionais e sociais envolvidos na organização da informação. Mais do que compreender a informação como simples recurso técnico ou como objeto documental, trata-se de investigar os contextos sociais em que ela é produzida, os interesses que orientam sua circulação e as condições que influenciam sua apropriação pelos diferentes grupos sociais.

Essa perspectiva torna-se particularmente relevante quando aplicada à análise das relações entre informação, educação e desigualdade social. Em contextos marcados por vulnerabilidades socioeconômicas, a distribuição desigual de infraestruturas informacionais, recursos educacionais e oportunidades de acesso ao conhecimento pode aprofundar assimetrias já existentes, limitando a capacidade de determinados grupos sociais de participar plenamente das dinâmicas informacionais contemporâneas. Nesse sentido, compreender os regimes informacionais presentes em determinados territórios constitui passo importante para analisar as condições concretas de acesso, circulação e apropriação da informação.

É nesse ponto que as práticas extensionistas desenvolvidas pelas universidades podem assumir papel relevante. Ao promover interações entre universidade e comunidade, a extensão universitária cria espaços institucionais nos quais diferentes atores sociais passam a interagir na produção e circulação do conhecimento. Tais práticas podem ser compreendidas, portanto, como parte de dinâmicas informacionais mais amplas, nas quais instituições acadêmicas, comunidades locais e diferentes infraestruturas tecnológicas participam da constituição de arranjos informacionais específicos.

A análise dessas experiências, com a utilização da categoria regime de informação, permite compreender a totalidade do processo de interação entre a Universidade e a comunidade, desvelando culturas, ritos e procedimentos institucionais, bem como valores tradicionais. Dito de outra forma, a utilização dessa categoria da Ciência da Informação, torna possível examinar não apenas os resultados educacionais dessas iniciativas, mas também os arranjos informacionais que se constituem em torno dessas práticas e que influenciam as formas de interação entre universidade e sociedade.

2.2 Extensão Universitária e sua Institucionalização no Ensino Superior: práticas extensionistas tradicionais e novas concepções

No debate contemporâneo sobre educação superior, a extensão universitária costuma ser reconhecida como uma das três dimensões estruturantes da atuação da Universidade, em conjunto com o ensino e a pesquisa, de forma articulada por determinação constitucional no cenário nacional.

Historicamente, seu surgimento está associado às iniciativas desenvolvidas no final do século XIX em universidades europeias, particularmente na Inglaterra, que buscavam ampliar a circulação do conhecimento científico para além dos limites institucionais da universidade. Essas experiências estavam voltadas à realização de cursos, palestras e atividades culturais destinadas à educação continuada da população adulta, configurando um movimento de aproximação entre universidade e

SciELO Preprints - Este documento é um preprint e sua situação atual está disponível em: https://doi.org/10.1590/SciELOPreprints.17433

sociedade que posteriormente seria reconhecido como uma das dimensões fundamentais da atuação universitária.

Nesse contexto, consolidou-se a ideia de uma universidade socialmente comprometida, frequentemente associada à noção de “universidade cívica”, na qual as atividades acadêmicas deveriam dialogar com demandas sociais mais amplas. A extensão universitária passou, assim, a representar um conjunto de práticas voltadas à difusão do conhecimento científico e à interação entre universidade e sociedade, ampliando o alcance social das atividades acadêmicas (Gimenez *et al.*, 2023).

No Brasil, a institucionalização da extensão nas universidades brasileiras consolidou-se sob um paradigma difusionista, herdado de matrizes europeias e norte-americanas, onde a prática era compreendida como um movimento unilateral de "estender" o conhecimento da elite acadêmica para uma sociedade vista como receptora passiva (Freire, 1983; Tommasino; Cano, 2016).

Sob a égide da Reforma Universitária de 1968, as práticas extensionistas tradicionais foram organizadas de forma burocrática e técnica, muitas vezes assumindo um caráter assistencialista ou assistencial (Serna Alcántara, 2007; Leite; Hellmann, 2023). Nesse modelo, a universidade opera como o centro hegemônico de autoridade informacional, onde os fluxos de saber são direcionados para "ilustrar as massas" ou prestar serviços técnicos, sem que haja uma real retroalimentação ou reconhecimento dos saberes populares (Forproex, 2012; Nogueira, 2020). Essa dinâmica configura o que a Ciência da Informação define como um regime de informação fechado, no qual os canais de comunicação são rígidos e a assimetria entre os atores impede a construção compartilhada do conhecimento (González de Gómez, 2012; Bezerra, 2023).

Dentro desse espectro tradicional, as práticas brasileiras mimetizam três grandes tipologias ideais: o modelo altruísta (herança positivista de assistência aos "desvalidos"); o modelo de divulgação cultural e científica (difusionismo acadêmico via palestras e eventos massivos); e o modelo de serviços a terceiros e vinculação empresarial (transferencismo focado no crescimento econômico e geração de recursos financeiros) (Serna Alcántara, 2007; Medeiros, 2022). Embora o Fórum de Pró-Reitores de Extensão Universitária (FORPROEX) tenha classificado essas atividades em cinco modalidades operacionais clássicas (programas, projetos, cursos, eventos e prestação de serviços), em sua fase tradicional elas funcionavam primordialmente como dispositivos de transmissão unilateral (Forproex, 2012). A prestação de serviços, por exemplo, muitas vezes operava desvinculada do ensino, servindo apenas como uma "venda de tecnologia", o que reforçava o caráter mercadológico e pouco dialógico da relação universidade-sociedade (Menéndez, 2017).

A transição para o modelo proposto pelo atual Plano Nacional de Educação (PNE) e pelas diretrizes da Resolução nº 7/2018 do Conselho Nacional de Educação e da Câmara de Ensino Superior (CNE/CES), exige a superação da mera execução burocrática dessas formas (Brasil, 2018; Forproex, 2012). É imperativo destacar que este movimento de reconfiguração política e epistemológica teve como marco decisivo a Conferência Nacional de Educação (CONAE). Esta meta, ao institucionalizar a obrigatoriedade de 10% da carga horária para a extensão, impõe o modelo dialógico e crítico em contraste com o tradicional, redefinindo as modalidades extensionistas como dispositivos de interação transformadora. Sob a ótica da Ciência da Informação, as práticas tradicionais atuavam como fluxos de transferência de dados, enquanto o modelo dialógico propõe um regime informacional aberto e colaborativo, onde a extensão atua como mediadora de um "trabalho social útil"

SciELO Preprints - Este documento é um preprint e sua situação atual está disponível em: https://doi.org/10.1590/SciELOPreprints.17433

(Fraga, 2025). Assim, a curricularização deixa de ser uma métrica burocrática para se tornar uma reconfiguração que posiciona o estudante em fluxos informacionais horizontais e emancipatórios (Mendes; Minghelli; De Mari, 2023a).

O quadro 1 apresenta as diferenças entre concepções de práticas extensionistas tradicionais e dialógicas a partir da Ciência da Informação.

Quadro 1. Comparação de Regimes de Informação na Extensão Universitária

Dimensão de Análise	Práticas Tradicionais (Difusionismo/Transferencismo)	Modelo Dialógico (PNE/Res. 7/2018)
Fluxo Informacional	Unilateral (Universidade → Sociedade)	Bidirecional/Rede (Universidade ↔ Sociedade)
Papel do Receptor	Receptáculo passivo / Beneficiário	Sujeito ativo / Parceiro dialógico
Natureza do Saber	Conhecimento acadêmico hegemônico	Ecologia de saberes (Científico + Popular)
Objetivo Central	Prestação de serviços e assistência	Transformação social e formação cidadã
Regime de Informação	Centrado na autoridade da fonte (Fechado)	Baseado na mediação e colaboração (Aberto)

Fonte: Elaborado pelo autor (2026) com base em Forproex (2012), Freire (1983) e González de Gómez (2012).

Descrição: Temos um quadro que nos mostra uma comparação entre regimes de informação na extensão a partir de cinco dimensões de análise pontuando possíveis práticas tradicionais e dialógicas. Observa-se que em cada dimensão há uma prática específica que se contrapõe a outra.

A curricularização da extensão, institucionalizada pela Meta 12.7 do PNE (2014-2024) e regulamentada pela Resolução nº 7 do CNE/CES, transcende a mera adequação administrativa de carga horária (10% do total dos cursos). Ela representa uma mudança de paradigma formativo que busca superar a fragmentação histórica entre universidade e sociedade (Brasil, 2014; Brasil, 2018). Sob a ótica informacional, esse processo opera uma transição do modelo difusionista de "estender" o saber, para uma interação dialógica, onde a extensão deixa de ser um apêndice voluntarista e assume o centro do processo pedagógico (Forproex, 2012; Incrocci; De Andrade, 2018). Esta reconfiguração exige que a universidade deixe de atuar como um centro emissor hegemônico para se tornar uma rede de mediação, configurando um regime de informação aberto capaz de acolher a ecologia de saberes populares (Nogueira, 2020; Freire, 1987).

Este movimento de redesenho da política educacional brasileira não foi um processo isolado, mas fruto de intensas disputas políticas nas quais o registro da observação participante de um dos pesquisadores, torna-se fundamental para a compreensão da gênese da norma. Na condição de Coordenador Geral de Formação Inicial e Continuada da Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica do Ministério da Educação (SETEC/MEC) e delegado da referida secretaria na CONAE, um dos autores deste artigo atuou diretamente na articulação política que garantiu a aprovação da Meta 12.7. A experiência de campo permite asseverar que a meta não visava apenas a eficiência métrica, mas a democratização do acesso ao saber e a legitimação do compromisso social como critério de qualidade acadêmica (Minghelli *et al.*, 2021). Portanto, a curricularização impõe uma ruptura com os regimes informacionais que privilegiavam a autoridade da fonte em detrimento da pertinência social e da colaboração cidadã (González de Gómez, 2012).

A operacionalização dessa interação dialógica sustenta-se nos chamados "5 Is" da Extensão Universitária (interação dialógica, interdisciplinaridade, indissociabilidade, impacto na formação e impacto social), que balizam o registro e a

SciELO Preprints - Este documento é um preprint e sua situação atual está disponível em: https://doi.org/10.1590/SciELOPreprints.17433

avaliação das ações no contexto brasileiro (Forproex, 2012). Ao integrar o estudante em fluxos de informação situados no território, a curricularização promove o que se define como "trabalho social útil", onde a aprendizagem se dá no confronto com demandas reais da comunidade (Fraga, 2025).

Na Ciência da Informação, tal dinâmica é vista como um círculo epistemológico transformador: o conhecimento acadêmico é testado, reelaborado e realimentado pela prática social, convertendo informações brutas em conhecimento compartilhado e emancipatório (Mendes; Minghelli; De Mari, 2023b). Assim, a integração curricular deixa de ser uma imposição burocrática para se tornar o dispositivo por excelência da inclusão informacional e da cidadania digital (UFMS, 2007).

3 METODOLOGIA

O presente estudo caracteriza-se como uma pesquisa qualitativa, de caráter exploratório-descritivo, fundamentada em análise documental e estruturada como um relato analítico de experiência extensionista. A investigação ancora-se na premissa de que os fenômenos sociais devem ser apreendidos em suas determinações históricas e institucionais, considerando as mediações que estruturam as práticas coletivas (Netto, 2009). Para tanto, adota-se o método de análise social proposto por Netto (2009), que exige a apreensão dos processos concretos que configuram as práticas institucionais e suas relações com estruturas sociais mais amplas.

Do ponto de vista dos procedimentos, a pesquisa combina análise documental e observação participante. O corpus documental é constituído por registros do Sistema de Gestão de Projetos de Extensão da Universidade Federal de Santa Catarina (SIGPEX/UFSC), relatórios de atividades, ementas de disciplinas, atas de reuniões e o Projeto Pedagógico do Curso (PPC) de Ciência de Dados do Departamento de Ciência da Informação (CIN/UFSC). Esses documentos foram analisados com o objetivo de identificar as diferentes fases do Programa Cibercidadania, as estratégias adotadas e as transformações observadas nas práticas extensionistas ao longo de sua trajetória.

A observação participante decorre da inserção direta dos pesquisadores no campo investigado. Marcelo Minghelli atuou no processo de formulação da política pública analisada, inclusive em instâncias relacionadas à institucionalização da extensão universitária, como a Conferência Nacional de Educação, sendo delegado SETEC/MEC (Brasil, 2010), o que possibilitou o acompanhamento in loco de disputas políticas e epistemológicas associadas à Meta 12.7 do Plano Nacional de Educação (2014–2024). Edson Luiz Mendes, por sua vez, atuou como Coordenador Pedagógico da Marista Escola Social Lucia Mayvorne, participando diretamente da implementação das ações no território. Ambos estiveram envolvidos desde a concepção do Programa Cibercidadania, em 2017.

Essa dupla inserção, institucional e territorial, possibilita acesso a dimensões processuais que não se encontram integralmente registradas nos documentos formais, permitindo articular a materialidade das práticas com sua interpretação teórica.

Para operacionalizar a análise da trajetória do Programa Cibercidadania, a investigação utiliza a proposta metodológica de mapeamento de arranjos jurídico-institucionais (Bucci; Gaspardo, 2024), com foco na identificação de atores envolvidos, dos instrumentos normativos, como a Resolução nº 07/2018 do CNE/CES, e das interações que estruturam a política de extensão no cotidiano universitário.

SciELO Preprints - Este documento é um preprint e sua situação atual está disponível em: https://doi.org/10.1590/SciELOPreprints.17433

Sob a ótica da Ciência da Informação, tais arranjos são analisados a partir da categoria analítica de regime de informação, que orienta a interpretação das práticas extensionistas como dispositivos de produção, circulação e apropriação do conhecimento.

A análise dos dados foi guiada pela técnica de análise de conteúdo, orientada pelas noções de interação dialógica e círculo epistemológico fundamentadas na tradição freiriana (Mendes; Minghelli; De Mari, 2023b), utilizadas como operadores analíticos para interpretar como as práticas desenvolvidas tensionam o modelo tradicional de extensão e promovem processos de inclusão informacional no território do Maciço do Morro da Cruz, em Florianópolis.

4 RESULTADOS

4.1 Aprendizado institucional e reconfiguração das práticas de extensão universitária

De acordo com Gimenez et al. (2023), o propósito inicial das universidades é ser relevante primeiro ao seu território/região; no entanto, há uma pressão social acerca das mudanças no ensino superior pela inserção internacional, aumento da produtividade científica a partir da quantidade de patentes e do número de publicações, que resultam em um processo classificatório, fazendo a universidade se ajustar às regras de competitividade na busca de garantir uma reputação global.
Mesmo com essa necessidade de mudanças no foco de ação e seus regimes informacionais reorganizando as atividades de ensino e pesquisa, considerando diferentes públicos e demandas, a pressão para o engajamento com diferentes setores da sociedade também deve incluir o entorno da universidade (Gimenez et al., 2023), em especial os lugares onde “às maiorias, em dificuldades até de sobreviver, se diz que a realidade é assim mesma, que fome é uma fatalidade”, (Freire, 2011, p. 99), e que o acesso a universidade é apenas um sonho.

Em 2015, o CIN/UFSC composto pelos cursos de Arquivologia, Biblioteconomia e Ciência da Informação, em cumprimento da Meta 12.7 do PNE: “assegurar, no mínimo, 10% (dez por cento) do total de créditos curriculares exigidos para a graduação em programas e projetos de extensão universitária, orientando sua ação, prioritariamente, para áreas de grande pertinência social”, (Brasil, 2014); inicia um processo de reorganização curricular e em 2016 cria um núcleo comum de disciplinas, sendo voltadas para a extensão universitária: Interação Comunitária I e Interação Comunitária II.

Inicialmente, o objetivo foi criar um perfil extensionista de discentes e docentes, a partir de práticas diferenciadas das comumente realizadas e provocar interação com a comunidade externa à universidade. Em 2017, a partir de emendas criadas previamente ao contato com a comunidade externa, organizou-se uma banca com apresentações de propostas de atividades em forma de projetos a serem oferecidas à comunidade externa. Convidou-se representantes da comunidade Monte Serrat e Alto da Caeira, localizadas no Maciço do Morro da Cruz, por meio da escola presente nesse território, denominada Marista Escola Social Lucia Mayvorne. Na banca de validação composta por docentes universitários e representantes da comunidade externa há a apresentação de dois projetos de extensão pelos discentes da graduação. O resultado foi a indicação de alterações significativas nas propostas tendo em vista a demanda da comunidade: a necessidade da comunidade era diferente do que a universidade estava se propondo a oferecer.

SciELO Preprints - Este documento é um preprint e sua situação atual está disponível em: https://doi.org/10.1590/SciELOPreprints.17433

A proposta de democratização das tecnologias por meio de atividades expositivas foi considerada assistencialista e não recomendada pela comunidade, pois sua necessidade era a ampliação da cultura de estudo para o aumento da proficiência acadêmica, junto da discussão sobre uma geração de renda que fortaleça a concepção de empreendedorismo social. Percebeu-se que a comunidade deve ser ouvida antes de apresentar qualquer proposta e que o tempo de realização de ações necessitam de continuidade processual. Assim, reconfigurou-se a proposta de atuação interna e externa, incluindo a interação entre os estudantes das duas instituições para o intercâmbio cultural, possibilitando que, em 2018, as duas propostas inicialmente apresentadas se transformem em Horizonte Digital (HD) e Território Digital, em 2019.

Com o advento da pandemia, em 2020, e com o interesse da comunidade na discussão sobre empreendedorismo social, evidencia-se a necessidade de formação tecnológica, criando-se o curso de Encarregado da Proteção de Dados, denominado DPO-X (Data Protection Officer). Percebeu-se que os estudantes da comunidade tinham conhecimentos para manusear as redes sociais, mas não as ferramentas básicas do Office; assim, nos anos seguintes, surgiram os cursos de Informática Básica, Mercado de Trabalho e Introdução à Programação Básica de Celulares.

A partir da demanda comunitária, em 2021, o Programa Cibercidadania se reorganizou e transformou as disciplinas Interação Comunitária I e II, em Laboratório de Empreendimento Social (LES).

4.2 O Laboratório de Empreendimentos Sociais (LES) como dispositivo de mediação

Um dos resultados institucionais mais relevantes desse processo foi a criação da disciplina Laboratório de Empreendimentos Sociais (LES), posteriormente incorporada aos currículos dos cursos do Departamento de Ciência da Informação.

O Laboratório de Empreendimentos Sociais pode ser definido como um espaço institucionalizado no âmbito do departamento destinado a integrar atividades de ensino, pesquisa e extensão por meio de práticas dialógicas desenvolvidas em parceria com a comunidade externa. Sua função central consiste em promover a concepção, planejamento e execução de programas e projetos de extensão em diferentes realidades sociais, articulando a formação acadêmica dos estudantes com a demanda local.

A criação da disciplina LES consolidou o aprendizado institucional obtido no Programa Cibercidadania, transformando a prática dialógica em um arranjo jurídico-institucional perene. O LES opera como o dispositivo por excelência da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, materializando o que se define como círculo epistemológico. Nessa estrutura, a sala de aula expande-se para o território social, onde o estudante é desafiado a converter informações teóricas em soluções práticas para problemas reais.

Diferente das modalidades tradicionais e fragmentadas, a disciplina LES institucionaliza a mediação como fluxo contínuo: a demanda social entra no currículo, é processada via pesquisa acadêmica e retorna à comunidade sob a forma de ações extensionistas transformadoras e concretas da sociedade.

4.3 Limites do modelo tradicional de extensão

Apesar dos avanços proporcionados pela criação da disciplina LES, a experiência também revelou limites institucionais relacionados à forma como a

SciELO Preprints - Este documento é um preprint e sua situação atual está disponível em: https://doi.org/10.1590/SciELOPreprints.17433

extensão universitária se encontra historicamente estruturada nas universidades brasileiras.

Nos cursos já consolidados do departamento, a implementação de práticas extensionistas dialógicas encontrou dificuldades associadas à própria cultura institucional da Universidade. Observa-se uma lacuna persistente na percepção de parte do corpo docente e discente, que ainda interpreta a extensão sob o viés do altruísmo assistencialista ou como uma atividade "menor" e desvinculada da produção científica.

Essa visão reflete a permanência de um regime informacional tradicional centrado na autoridade da fonte acadêmica, que encontra dificuldades em reconhecer a paridade epistemológica dos saberes não formais. Tal resistência evidencia que a mudança de cultura exige mais do que novos currículos; requer uma reconfiguração da identidade do extensionista como um mediador social e não um prestador de serviços técnicos.

4.4 O itinerário formativo extensionista no curso de Ciência de Dados

A possibilidade de avançar nesse processo surgiu no contexto da criação do curso Superior de Tecnologia em Ciência de Dados no âmbito do Departamento de Ciência da Informação. Por se tratar de um curso novo, cuja estrutura curricular ainda estava em processo de definição, abriu-se uma oportunidade institucional para repensar de forma mais ampla a integração entre extensão universitária e formação acadêmica (UFSC, 2025a).

Nesse contexto, foi proposta a criação de um itinerário formativo extensionista, estruturado a partir de quatro disciplinas articuladas: Laboratório de Empreendimentos Sociais I, II, III e IV. O objetivo desse itinerário consiste em possibilitar que os estudantes desenvolvam progressivamente competências relacionadas à atuação extensionista, participando de diferentes etapas de concepção, planejamento, execução e avaliação de ações de extensão (UFSC, 2025a).

A análise da trajetória desse itinerário revela uma abertura estratégica dos fluxos informacionais. Sob a ótica da Ciência da Informação, essa experiência não representa apenas uma mudança pedagógica, mas uma reconfiguração inicial do regime de informação universitário, transitando de um modelo centrado na "autoridade da fonte" para um arranjo baseado na mediação e na construção compartilhada.

A implementação do itinerário formativo no curso de Ciência de Dados, iniciado no primeiro semestre de 2026, embora ainda em suas etapas iniciais, materializa essa transição em quatro fases que alteram qualitativamente os fluxos informacionais entre os atores:

a) LES I – Diagnóstico Social e Informacional: esta fase opera a ruptura com o regime de informação fechado. Ao priorizar a aproximação e a escuta ativa no território do Maciço do Morro da Cruz, a UFSC renunciou à posição de único emissor legítimo. A ausência de resistência ou desconfiança por parte da comunidade em relação à coleta e uso dos dados sinaliza o sucesso de uma inserção baseada na interação dialógica, onde o território é validado como produtor de saberes e não apenas como depósito de intervenções.

SciELO Preprints - Este documento é um preprint e sua situação atual está disponível em: https://doi.org/10.1590/SciELOPreprints.17433

b) LES II – Planejamento das Ações Extensionistas: o fluxo de informação torna-se bidirecional e em rede. O planejamento não é uma imposição técnica, mas um exercício de simetrização de saberes, onde as demandas sociais concretas filtram a viabilidade das propostas acadêmicas.
c) LES III – Execução das Ações: embora o curso de Ciência de Dados ainda não tenha atingido este estágio, a experiência acumulada no LES tradicional (Biblioteconomia, Arquivologia e Ciência da Informação), demonstra a capacidade de gerar produtos de alta densidade informacional, como os cursos de DPO-X e de Iniciação à Programação. Tais entregas representam o círculo epistemológico em sua plenitude. O conhecimento acadêmico retorna à sociedade transformado em ferramenta prática de cidadania digital.
d) LES IV – Avaliação e Sistematização: esta etapa consolida a produção de novos conhecimentos (artigos e relatórios), garantindo que o aprendizado obtido no território realimenta o ensino e a pesquisa, evitando que a extensão seja um apêndice isolado.

A proposta foi incorporada ao Projeto Pedagógico do Curso Superior de Tecnologia em Ciência de Dados, no qual a política de extensão foi considerada adequada pela Câmara de Extensão da Universidade Federal de Santa Catarina, resultando em parecer favorável à sua implementação (UFSC, 2025a; UFSC, 2025b).

4.5 Transversalidade e Pós-Graduação: a consolidação da Extensão Crítica na Ciência da Informação

A experiência acumulada no âmbito do programa também motivou a proposição da disciplina “Extensão Universitária: Teoria e Prática” no Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação da Universidade Federal de Santa Catarina. A disciplina foi concebida como componente teórico-prático voltado ao desenvolvimento de atividades de integração dialógica entre academia e sociedade civil, abordando concepções, diretrizes e metodologias da extensão universitária, bem como sua articulação com o ensino e a pesquisa.

Embora ainda em fase inicial de implementação, a criação dessa disciplina indica um movimento de ampliação das práticas extensionistas para o nível da pós-graduação, reforçando a importância da extensão universitária como dimensão constitutiva da formação acadêmica na área da Ciência da Informação.

De maneira geral, a trajetória do Programa Cibercidadania evidencia que experiências extensionistas desenvolvidas em diálogo com comunidades externas podem produzir processos relevantes de aprendizado institucional no interior das universidades. Ao tensionar práticas tradicionais de produção e circulação do conhecimento, o programa contribuiu para a criação de novos arranjos institucionais voltados à integração entre universidade e sociedade, indicando a possibilidade de transformação gradual das práticas extensionistas no contexto universitário (UFSC, 2018; UFSC, 2025b).

SciELO Preprints - Este documento é um preprint e sua situação atual está disponível em: https://doi.org/10.1590/SciELOPreprints.17433

5 DISCUSSÃO

5.1 Da Invasão Cultural à Escuta Territorial: a gênese de um novo regime de informação para a extensão

A gênese do Programa Cibercidadania, em 2017, marca o início de uma transição epistemológica no Departamento de Ciência da Informação. Ao buscar o território do Maciço do Morro da Cruz, a Universidade tensionou o paradigma tradicional da "invasão cultural", termo cunhado por Freire (1983), para descrever a imposição unilateral de valores acadêmicos sobre saberes populares.

Sob a ótica da Ciência da Informação, essa aproximação inicial com organizações como a Marista Escola Social Lúcia Mayvorne, não foi apenas um contato geográfico, mas um esforço para romper um regime de informação fechado, no qual a universidade operava como centro emissor hegemônico. A escuta ativa das demandas informacionais do território permitiu que o Programa deixasse de "estender" conteúdos pré-fabricados para co-construir conhecimentos, validando o território do Maciço como um polo legítimo de produção de saber e não apenas como destinatário passivo de intervenções assistencialistas.

Em muitas experiências extensionistas convencionais, a universidade tende a operar a partir de um modelo de difusão de conhecimento no qual o saber acadêmico ocupa posição hierarquicamente superior em relação aos saberes sociais produzidos fora do ambiente universitário. Esse modelo foi amplamente criticado por Paulo Freire ao afirmar que a extensão não pode ser compreendida como simples transferência de conhecimento, mas como processo de comunicação e construção coletiva de saberes (Freire, 1983). Ao longo de sua execução, o Programa Cibercidadania passou a produzir um processo gradual de aprendizado institucional no interior do CIN/UFSC. Nos primeiros anos de desenvolvimento das atividades, a equipe envolvida percebeu que a implementação de uma proposta extensionista baseada em práticas dialógicas exigia mudanças significativas nas formas tradicionais de atuação da universidade.

A experiência do programa revelou que muitas soluções inicialmente concebidas no ambiente universitário não correspondiam plenamente às necessidades concretas da comunidade. Em diversas situações, propostas formuladas por estudantes e professores foram reformuladas a partir das contribuições dos atores locais, evidenciando a importância da escuta ativa e da participação efetiva da comunidade na definição das ações extensionistas. Esse processo levou à adaptação gradual das práticas desenvolvidas pelo Programa e reforçou a necessidade de reconhecer a legitimidade dos conhecimentos produzidos fora do espaço acadêmico (UFSC, 2018).

Nesse sentido, o programa passou a funcionar como um espaço de aprendizado institucional, no qual docentes e estudantes passaram a experimentar formas mais dialógicas de interação entre universidade e sociedade (UFSC, 2018).

5.2 Aprendizado institucional e tensões no regime de informação da extensão universitária

A análise da trajetória do Programa Cibercidadania e sua materialização nos cursos de Biblioteconomia, Arquivologia, Ciência da Informação e agora com maior densidade no curso de Ciência de Dados permite compreender a extensão

SciELO Preprints - Este documento é um preprint e sua situação atual está disponível em: https://doi.org/10.1590/SciELOPreprints.17433

universitária como um espaço de disputa política entre distintos regimes de informação.

De acordo com González De Gómez (2012), os regimes informacionais constituem arranjos complexos que conectam instituições, práticas sociais e estruturas tecnológicas, influenciando diretamente a distribuição do poder e os padrões de autoridade. Historicamente, o regime informacional da extensão no Brasil, e de forma reflexiva na UFSC, consolidou-se sob um paradigma difusionista, no qual a universidade operava como centro emissor hegemônico e a sociedade como receptáculo passivo de um saber validado. Um regime de informação no qual a universidade ocupa uma posição de poder, na concepção de Braman (2009), e no qual o establishment universitário demonstra especial relação de apego. A superação desse modelo exige reconhecer que a organização dos fluxos informacionais não é neutra, mas resultado de processos históricos que definem quem tem autoridade para produzir e legitimar o conhecimento (Bezerra, 2023).

Nesse cenário, a Meta 12.7 do Plano Nacional de Educação, Lei nº 13.005/2014, e a Resolução nº 7/2018 do CNE/CES, foram fundamentais para impor as mudanças necessárias ao regime de informação da extensão na UFSC, especificamente no Departamento de Ciência da Informação. A obrigatoriedade da curricularização funcionou como um dispositivo indutor que forçou a abertura de um sistema institucional frequentemente endógeno e resistente.

A partir desse novo regime exigido pela norma, as infraestruturas de informação e os sistemas que organizam sua circulação deixam de servir apenas à eficiência administrativa para se tornarem elementos estratégicos de políticas informacionais voltadas à cidadania digital (Magnani; Pinheiro, 2011). A informação, portanto, assume um papel central na constituição de novas estruturas de poder dialógicas (Bezerra, 2023).

A implementação do itinerário formativo do Laboratório de Empreendimentos Sociais (LES I a IV) no curso de Ciência de Dados, iniciado em 2026, representa a materialização de uma ruptura estratégica na ecologia informacional da universidade. Ao transpor o limite da sala de aula para o território, LES subverte a tensão entre o "técnico" e o "social" ao converter o estudante em um mediador informacional, capacitado para tratar a informação não como insumo neutro, mas como um recurso político estratégico na constituição de estruturas de poder (Braman, 2009; Bezerra, 2023).

Sob essa perspectiva, o desenvolvimento de produtos como o DPO-X e as oficinas de Informática Básica e de Introdução à Programação Básica transcendem a lógica do saber assimétrico tecnológico e da mera prestação de serviços. Tais artefatos operam como dispositivos de competência em informação que tensionam as assimetrias inerentes aos regimes informacionais contemporâneos, permitindo que sujeitos em situação de vulnerabilidade social se apropriem criticamente dos fluxos que governam sua existência e participem ativamente da construção de novas ordens de saber.

Assim, a extensão curricularizada consolida o círculo epistemológico em que o rigor técnico da Ciência de Dados é ressignificado pela prática social transformadora, posicionando a universidade como uma rede de mediação capaz de converter a informação em ferramenta efetiva de emancipação e cidadania digital.

SciELO Preprints - Este documento é um preprint e sua situação atual está disponível em: https://doi.org/10.1590/SciELOPreprints.17433

6 CONCLUSÃO

A análise da trajetória do Programa Cibercidadania e a implementação do itinerário formativo do LES no curso de Ciência de Dados demonstram que a extensão universitária, quando fundamentada na interação dialógica, opera como um dispositivo crítico de reconfiguração dos regimes de informação acadêmicos. Este estudo evidenciou que a superação do paradigma difusionista e assistencialista não é apenas um ajuste metodológico, mas uma ruptura epistemológica que tensiona a autoridade histórica da universidade como única fonte legítima de saber.

A Meta 12.7 do Plano Nacional de Educação revelou-se o motor indispensável para essa transformação na Universidade Federal de Santa Catarina. Ao impor a curricularização obrigatória, a norma jurídica atuou como um aparato indutor que forçou a abertura das estruturas institucionais, permitindo que a extensão deixasse de ser um apêndice voluntarista para se tornar o eixo por excelência do círculo epistemológico. Nesse processo, a informação foi ressignificada: deixou de ser tratada como insumo técnico neutro para ser compreendida como um recurso político estratégico capaz de mediar a emancipação de sujeitos em situação de vulnerabilidade social.

Conclui-se que o modelo de Laboratórios de Empreendimentos Sociais (LES) oferece uma resposta concreta à tensão entre a formação técnica e o compromisso social. Ao formar mediadores informacionais em vez de meros técnicos transferencistas, o curso de Ciência de Dados do CIN/UFSC demonstra que é possível alinhar o rigor tecnológico às urgências da cidadania digital. A extensão curricularizada, portanto, consolida-se como uma política informacional de Estado que democratiza o poder, transformando a universidade em uma rede de mediação ativa e organicamente vinculada à transformação da realidade social.

REFERÊNCIAS

ARAÚJO, Carlos Alberto Ávila. Um mapa da ciência da informação: história, subáreas e paradigmas. **ConCI: Convergências em Ciência da Informação**, Aracaju, v. 1, n. 1, p. 47–72, 2018. Disponível em: https://periodicos.ufs.br/conci/article/view/9341. Acesso em: 17 abr. 2026. DOI: 10.33467/conci.v1i1.9341.

BEZERRA, Arthur Coelho. Regime de informação e lutas de classes: reconstrução de um conceito à luz da crítica da economia política. **Ciência da Informação em Revista**, Maceió, v. 10, n. 1/3, p. 1-14, 2023. Disponível em: https://www.seer.ufal.br/index.php/cir/article/view/17074/11312. Acesso em: 20 set. 2024. DOI: https://doi.org/10.28998/cirev.2023v10q.

BRAMAN, Sandra. **Change of state:** information, policy, and power. Cambridge, MA: MIT Press, 2009. 545 p.

BRASIL. **Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014**. Aprova o Plano Nacional de Educação (PNE) e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 26 jun. 2014. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/CCIVIL_03/_Ato2011-2014/2014/Lei/L13005.htm. Acesso em: 17 abr. 2026.

BRASIL. **Ministério da Educação. Conferência Nacional de Educação (CONAE).** Documento final da CONAE 2010: Construindo o Sistema Nacional Articulado de Educação: o Plano Nacional de Educação, diretrizes e estratégias de ação. Brasília, DF: MEC, 2010.

SciELO Preprints - Este documento é um preprint e sua situação atual está disponível em: https://doi.org/10.1590/SciELOPreprints.17433

Disponível em: https://fne.mec.gov.br/images/documento_final_sl.pdf. Acesso em: 17 abr. 2026.

BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. Câmara de Educação Superior. **Resolução nº 7, de 18 de dezembro de 2018**. Estabelece as Diretrizes para a Extensão na Educação Superior Brasileira. Diário Oficial da União: Brasília, DF, 19 dez. 2018. Disponível em: https://www.gov.br/mec/pt-br/cne/pdf/resolucoes-do-cne/ces/2018/rces007_18.pdf. Acesso em: 17 abr. 2026.

BUCCI, Maria Paula Dallari; GASPARDO, Murilo. Mapeamento de arranjos jurídico-institucionais. Revista Estudos Institucionais, Rio de Janeiro, v. 10, n. 1, p. 1-36, 2024. DOI: https://doi.org/10.21783/rei.v10i1.777.

DEMO, Pedro. Ambivalências da sociedade da informação. Ciência da Informação, Brasília, v. 29, n. 2, p. 37-42, 2000. DOI: https://doi.org/10.18225/ci.inf.v29i2.885. Disponível em: https://revista.ibict.br/ciinf/issue/view/70. Acesso em: 29 maio 2022.

FÓRUM DE PRÓ-REITORES DE EXTENSÃO DAS UNIVERSIDADES PÚBLICAS BRASILEIRAS (FORPROEX). **Política Nacional de Extensão Universitária**. Manaus: FORPROEX, 2012. Disponível em: https://proexc.ufu.br/legislacoes/2012-politica-nacional-de-extensao-universitaria-forproex-2012. Acesso em 17 abr. 2026.

FÓRUM DE PRÓ-REITORES DE EXTENSÃO DAS UNIVERSIDADES PÚBLICAS BRASILEIRAS (FORPROEX). Extensão universitária: organização e sistematização. Florianópolis: Universidade Federal de Santa Catarina, 2015. Disponível em: https://proex.ufsc.br/files/2016/04/Pol%C3%ADtica-Nacional-de-Extens%C3%A3o-Universit%C3%A1ria-e-book.pdf. Acesso em: 17 abr. 2026.

FRAGA, Lais Silveira. Extensão Universitária e Educação Popular: a perspectiva da extensão popular. **Revista da FAEEBA - Educação e Contemporaneidade**, Salvador, v. 33, n. 76, p. 156–173, 2024. DOI: 10.21879/faeeba2358-0194.2024.v33.n76.p156-173. Disponível em: https://revistas.uneb.br/faeeba/article/view/20551. Acesso em: 16 abr. 2026.

FREIRE, Paulo. **Extensão ou comunicação?** 8ª ed. Rio de Janeiro. Paz e Terra, 1983. 65 p.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido.** 17ª. ed. Rio de Janeiro. Paz e Terra, 1987. 107 p.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia:** saberes necessários à prática educativa. 43ª ed. São Paulo. Paz e Terra, 2011. 144 p.

GIMENEZ, Ana Maria Nunes; GAVIRA, Muriel de Oliveira; MACHADO, Michel Mott; CUNHA, Dyane Guedes. O uso da Teoria da Mudança para avaliar a integração curricular da extensão universitária . **Revista Eletrônica de Educação**, São Carlos, v. 17, p. e6157050, 2023. Disponível em: https://www.reveduc.ufscar.br/index.php/reveduc/article/view/6157. Acesso em: 17 abr. 2026. DOI: 10.14244/198271996157.

GONZÁLEZ DE GÓMEZ, Maria Nélida. Regime de informação: construção de um conceito. **Informação & Sociedade: Estudos**, *[S. l.],* v. 22, n. 3, 2012. Disponível em: https://periodicos.ufpb.br/index.php/ies/article/view/14376. Acesso em: 15 abr. 2026.

INCROCCI, Lígia Maria de Mendonça Chaves; DE ANDRADE, Thales Haddad Novaes. O fortalecimento da extensão no campo científico: uma análise dos editais ProExt/MEC.

SciELO Preprints - Este documento é um preprint e sua situação atual está disponível em: https://doi.org/10.1590/SciELOPreprints.17433

Sociedade e Estado, *[S. l.]*, v. 33, n. 01, p. 189–214, 2018. DOI: https://doi.org/10.1590/s0102-699220183301008. Disponível em: https://periodicos.unb.br/index.php/sociedade/article/view/18357. Acesso em: 16 abr. 2026.

KOBASHI, Nair Yumiko; TÁLAMO, Maria de Fátima Gonçalves Moreira. Informação: fenômeno e objeto de estudo da sociedade contemporânea. **Transinformação**, Campinas, v. 15, p. 1–16, 2003. Disponível em: https://periodicos.puc-campinas.edu.br/transinfo/article/view/6414. Acesso em: 17 abr. 2026.

LEITE, Fabiana Calçada de Lamare; HELLMANN, Risolete Maria. Curricularização da Extensão Universitária: case de sucesso no CST em Gestão de Turismo – IFSC/SC. **Extensão em Foco**, Curitiba, n. 30, 2023. DOI: 10.5380/ef.v0i30.85269. Disponível em: https://revistas.ufpr.br/extensao/article/view/85269. Acesso em: 16 abr. 2026.

MAGNANI, Maria Cristina Brasil; PINHEIRO, Marta Macedo Kerr. “Regime” e “informação”: a aproximação de dois conceitos e suas aplicações na Ciência da Informação. **Liinc em Revista**, Brasília, v. 7, n. 2, 2011. DOI: https://doi.org/10.18617/liinc.v7i2.392. Disponível em: https://revista.ibict.br/liinc/article/view/3278. Acesso em: 16 abr. 2026.

MENÉNDEZ, Gustavo. **Desarrollo y concepción de la extensión universitaria**. Santa Fe. Universidad Nacional Del Litoral, 2014. 56 p.

MEDEIROS, Crisvalter Rogério de Araújo. Modelos de extensão representativos do difusionismo, dialogismo e transferencismo na América Latina. **Revista Práxis: Saberes da Extensão**, João Pessoa, v. 10, n. 21, p. 12-30, 2022. Disponível em: https://doi.org/10.18265/2318-23692022v10n21p12-30. Acesso em: 16 abr. 2026.

MENDES, Edson Luiz. **A extensão universitária na Ciência da Informação:** análise do programa Cibercidadania. 2023. 104f. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) - Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Ciências da Educação, Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação, Florianópolis. Disponível em: https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/247579. Acesso em: 16 abr. 2026.

MENDES, Edson Luiz; MINGHELLI, Marcelo; DE MARI, Cezar Luiz. A extensão universitária na Ciência da Informação: uma abordagem crítico participativa. **RDBCI:** Revista Digital de Biblioteconomia e Ciência da Informação, Campinas, SP, v. 21, e023004, 2023a. DOI: 10.20396/rdbci.v21i00.8671645. Disponível em: https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/rdbci/article/view/8671645. Acesso em: 16 abr. 2026.

MENDES, Edson Luiz; MINGHELLI, Marcelo; DE MARI, Cezar Luiz. Círculo Epistemológico na Ciência da Informação por meio da Extensão Universitária. **Revista Brasileira de Educação em Ciência da Informação**, São Paulo, v. 10, p. 01–27, 2023b. DOI: 10.24208/rebecin.v10.369. Disponível em: https://portal.abecin.org.br/rebecin/article/view/369. Acesso em: 16 abr. 2026.

MINGHELLI, Marcelo; PEREIRA, Vanessa Souza; VALE, Mariene Alves do; GARCIA, Bárbara Balbis; MARTINS, Yuri Dutra; FARIAS, Íris Garcia Tramontim de. Tão, tão distante: a extensão universitária e a (ir)relevância das periferias. **Revista Brasileira de Extensão Universitária**, Brasil, v. 12, n. 1, p. 113–124, 2021. DOI: 10.36661/2358-0399.2021v12i1.11659. Disponível em: https://periodicos.uffs.edu.br/index.php/RBEU/article/view/11659. Acesso em: 16 abr. 2026.

SciELO Preprints - Este documento é um preprint e sua situação atual está disponível em: https://doi.org/10.1590/SciELOPreprints.17433

NETTO, José Paulo. Introdução ao método da teoria social. *In:* CFESS; ABEPSS. **Serviço social:** direitos sociais e competências profissionais. Brasília, DF: CFESS/ABEPSS, 2009. p. 668-700.

NOGUEIRA, Maria das Dores Pimentel. Apertura: Las possibilidades de la extensión universitaria en las descolonización do pensamento nas universidades latinoamericanas. *In*: ETCHEBEHERE Cecilia et.al. **Ciencias Sociales y Extensión Universitaria:** aportes para el debate. Universidad de extensíon, Facultad de ciências sociales. Uruguay. 2020. p.15–32. v 2.

SERNA ALCÁNTARA, Gonzalo Aquiles. Missão social e modelos de extensão universitária: do entusiasmo ao desprezo. **Revista Ibero-Americana de Educação**, *[S. l.]*, v. 43, n. 3, p. 1–7, 2007. DOI: 10.35362/rie4332324. Disponível em: https://rieoei.org/RIE/article/view/2324. Acesso em: 16 de abr. 2026.

TOMMASINO, Humberto.; CANO, Agustín. Modelos de extensión universitaria en las universidades latinoamericanas en el siglo XXI: tendencias y controversias. **Universidades**, v. 66, n. 67, p. 7-24, 15 out. 2020. DOI: https://doi.org/10.36888/udual.universidades.2016.67.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO DO SUL (UFMS). Extensão universitária: organização e sistematização usando o SIEX. Mato Grosso do Sul: PREAE/UFMS, 2007.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA (UFSC). Pró-Reitoria de Extensão. SIGPEX: Programa de Extensão “A Ciência da Informação na Construção da Cibercidadania”. Florianópolis: UFSC, 2018. Documento institucional.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA (UFSC). Departamento de Ciência da Informação. Projeto Pedagógico do Curso Superior de Tecnologia em Ciência de Dados (PPC). Florianópolis: UFSC, 2025a. Disponível em: https://cienciadedados.ufsc.br/projeto-pedagogico/. Acesso em 21 Abr. 2026.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA (UFSC). Pró-Reitoria de Extensão. Câmara de Extensão. Parecer da Câmara de Extensão sobre a política de extensão do Curso Superior de Tecnologia em Ciência de Dados. Florianópolis: UFSC, 2025b.

SciELO Preprints - Este documento é um preprint e sua situação atual está disponível em: https://doi.org/10.1590/SciELOPreprints.17433

Declaração de contribuição dos autores

Conceitualização; Aquisição de financiamento; Investigação; Metodologia; Administração do projeto; Supervisão; Escrita – revisão & edição: MINGHELLI, M; MENDES, E.L.

Declaração de conflito de interesse

Os autores certificam que não têm interesse comercial ou associativo que represente um conflito de interesses em relação ao manuscrito.

Declaração de disponibilidade de dados da pesquisa

Não aplicável.

Declaração de uso de IA

Declaro que o uso de ferramentas de Inteligência Artificial neste manuscrito foi estritamente instrumental, devidamente declarado, e que assumo integral responsabilidade humana pelo conteúdo, argumentos e conclusões apresentados.

Este preprint foi submetido sob as seguintes condições:

- Os autores declaram que os necessários Termos de Consentimento Livre e Esclarecido de participantes ou pacientes na pesquisa foram obtidos e estão descritos no manuscrito, quando aplicável.
- Os autores declaram que a elaboração do manuscrito seguiu as normas éticas de comunicação científica.
- Os autores declaram que estão cientes que são os únicos responsáveis pelo conteúdo do preprint e que o depósito no SciELO Preprints não significa nenhum compromisso de parte do SciELO, exceto sua preservação e disseminação.
- Os autores declaram que os dados, aplicativos e outros conteúdos subjacentes ao manuscrito estão referenciados.
- O manuscrito depositado está no formato PDF.
- Os autores declaram que a pesquisa que deu origem ao manuscrito seguiu as boas práticas éticas e que as necessárias aprovações de comitês de ética de pesquisa, quando aplicável, estão descritas no manuscrito.
- Os autores declaram que uma vez que um manuscrito é postado no servidor SciELO Preprints, o mesmo só poderá ser retirado mediante pedido à Secretaria Editorial do SciELO Preprints, que afixará um aviso de retratação no seu lugar.
- Os autores concordam que o manuscrito aprovado será disponibilizado sob licença Creative Commons CC-BY.
- O autor submissor declara que as contribuições de todos os autores e declaração de conflito de interesses estão incluídas de maneira explícita e em seções específicas do manuscrito.
- Os autores declaram que o manuscrito não foi depositado e/ou disponibilizado previamente em outro servidor de preprints ou publicado em um periódico.
- Caso o manuscrito esteja em processo de avaliação ou sendo preparado para publicação mas ainda não publicado por um periódico, os autores declaram que receberam autorização do periódico para realizar este depósito.
- O autor submissor declara que todos os autores do manuscrito concordam com a submissão ao SciELO Preprints.